

Município de Leiria
Câmara Municipal

**Exmo(s). Senhor(es) Gerente(es) /
Administrador(es)**

N/ ref.ª: RQI 3220/2019 – PAQ 1259/19

Ofício n.º: 34937/2019

ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta

Consulta Prévia n.º 52/2019/DICP – T – 27/2019 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA, MONTE REAL (código CPV 71240000-2 - Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento)

I – ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Leiria, sita em Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 545 e com o endereço de correio eletrónico dicpemeitadas@cm-leiria.pt e plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com.

II – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão foi tomada por despacho do senhor presidente / senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria.

III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

O presente procedimento por consulta prévia é efetuado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

IV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

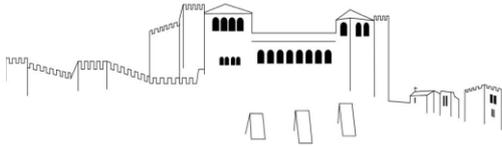
1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.
2. Os esclarecimentos serão prestados Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação de propostas, nos termos do artigo 116.º do CCP.
3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

V - CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
 - b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste procedimento.

VI – PROPOSTA

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.



2. Na proposta o concorrente deverá indicar o preço total do serviço, de acordo com o **anexo III**.
3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
4. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica www.anogov.com, contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

VII – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** (de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, devendo especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão:
 - i) **Proposta de preço total**, em conformidade com o **anexo III**, apenso ao presente convite;
2. Poderá ser junto à proposta a certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto nos artigos n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assistente.
5. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

VIII – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, até às **23h59 do 9.º dia** a contar da data de notificação do convite (data e hora referidas na referida plataforma).
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas na alínea anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

IX – PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

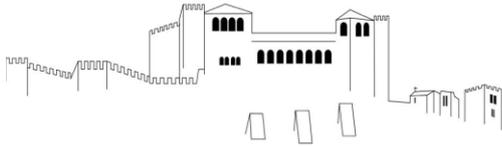
O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

X – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
2. A adulteração do anexo III (Proposta e lista de preços unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante poderá constituir também causa de exclusão da proposta.
3. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração os documentos exigidos no presente convite, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

XI - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço.
2. Em caso de empate será realizado um sorteio de bolas, a realizar em ato público a convocar pelo júri do procedimento, por forma a seleccionar a proposta a adjudicar.



XII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 3 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:

- Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos - de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
- Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente).

2. O adjudicatário deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:

- N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade / N.º de Contribuinte / Naturalidade e residência da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
- Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 2 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

6. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

XIII – RETENÇÃO DO VALOR DOS PAGAMENTOS A EFETUAR

De acordo com o n.º 3 do artigo 88.º do CCP, o Município irá proceder à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

XIV - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias úteis subseqüentes à respetiva notificação.

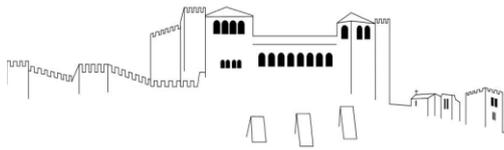
XV - RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA

1 - Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

2- Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

XVI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



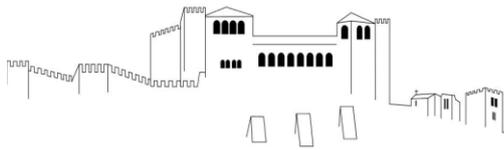
Município de Leiria
Câmara Municipal

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

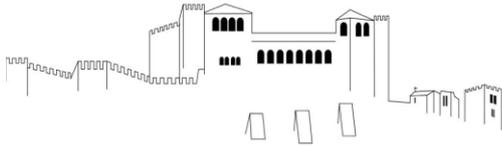
Gestora do processo: Hélia Ribeiro

2019-07-22/MC/Minutado: HR



ANEXOS

- Caderno de Encargos
- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta base e lista de preços unitários, (ficheiro em excel)



MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

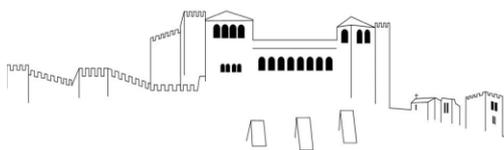
⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

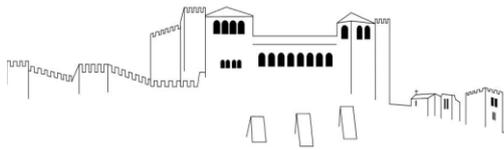
⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

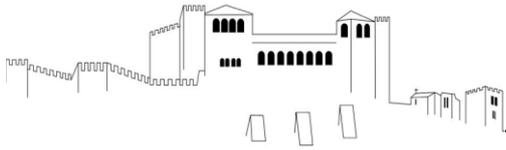
[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]



Município de Leiria
Câmara Municipal

ANEXO III

**Proposta e lista de preços unitários
[Ficheiro em excel]**



Município de Leiria
Câmara Municipal

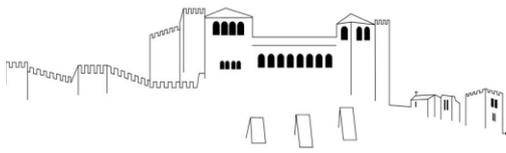
Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

Consulta prévia

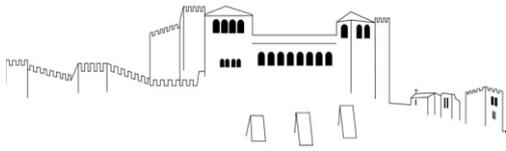
CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE DO CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

1. Disposições gerais.
2. Objeto e objetivos do procedimento.
3. Obrigações do adjudicatário.
4. Projectos de execução.
5. Acompanhamento dos projetos de execução.
6. Alterações exigidas.
7. Assistência técnica aos projetos de execução.
8. Exemplares a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação.
9. Local e prazos de entrega dos projetos de execução.
10. Prorrogação dos prazos contratuais.
11. Penalidades.
12. Rectificação de trabalhos.
13. Rescisão do contrato.
14. Honorários e pagamentos ao adjudicatário.
15. Obrigações do primeiro outorgante.
16. Recursos.
17. Objecto do dever de sigilo.
18. Preço contratual.
19. Condições de pagamento.
20. Seguros.
21. Resolução de litígios.
22. Subcontratação e cessão da posição contratual.
23. Comunicações e notificações.
24. Contagem de prazos.
25. Legislação aplicável.



CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

1. Disposições gerais:

1.1. Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviço:

1.1.1. A prestação de serviço objecto do contrato e todos os actos que ao mesmo digam respeito obedecerão ao programa de procedimento, ao presente caderno de encargos e respetivos termos de referência.

Para o seu cumprimento o adjudicatário atenderá:

- a) Ao programa de procedimento, caderno de encargos, termos de referência e demais peças escritas e desenhadas, bem como ao estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a Câmara Municipal de Leiria e o adjudicatário;
- b) Aos regulamentos dos organismos de classe que regulam o exercício da sua actividade profissional e de todos os indivíduos ao seu serviço, neste projecto, independentemente da sua qualificação e do regime de prestação de serviço;
- c) Às melhores técnicas de execução de cada um dos trabalhos do plano estratégico de drenagem pluvial para a cidade de Leiria;
- d) Aos regulamentos técnicos, normas e especificações e legislação em vigor;
- e) Às conclusões das reuniões de acompanhamento, com os elementos indigitados para o efeito;
- f) Às alterações que venham a ser necessárias e que lhe forem determinadas pela Câmara Municipal de Leiria, mesmo que não sejam explícitas nos termos do concurso e que não adulterem os pressupostos do mesmo.

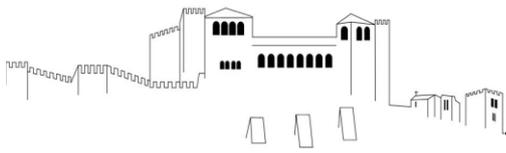
1.1.2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) da cláusula 1.1.1, consideram-se integrados no contrato o programa de procedimento, caderno de encargos, termos de referência, proposta do adjudicatário, bem como ao estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante e ou todos os outros documentos que sejam referidos neste caderno de encargos.

1.1.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

1.2. Regras de interpretação dos documentos que regem os trabalhos:

1.2.1. As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se considerem integrados no contrato, nomeadamente os referidos no número anterior, se não puderem ser solucionados pelos critérios legais de interpretação, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

1.2.2 Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1.1.3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (*doravante designado por CCP*) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

2. Objeto e objetivos do procedimento:

2.1. O presente procedimento tem como objeto e objetivos os serviços a prestar referentes à **“ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL”**, de acordo com o programa de procedimento, caderno de encargos e termos de referência.

3. Obrigações do adjudicatário:

3.1. O adjudicatário obriga-se a reconhecer localmente os terrenos de implantação, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no projecto, não se responsabilizando a Câmara Municipal de Leiria por qualquer tipo de inexactidão nos elementos desenhados fornecidos ao concorrente.

3.2. Devem os autores dos projetos de execução inteirarem-se junto das entidades competentes e comunicar à Câmara Municipal de Leiria, sobre quaisquer condicionalismos que possam dificultar o licenciamento e/ou a aprovação.

3.3. A Câmara Municipal de Leiria irá promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos, respeitantes ao licenciamento/ aprovação/certificação dos projetos de execução que venham a ser elaborados, junto das entidades competentes, sendo da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e organização de todos os exemplares (quantidade e formato exigível) dos processos necessários para o efeito, segundo a legislação e regulamentos em vigor aplicáveis.

3.3.1. O adjudicatário é responsável, por entregar, na área de apoio administrativo do Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, os projectos de execução que careçam de aprovação/licenciamento/certificação por parte das entidades competentes para o efeito, em número suficiente, devidamente organizados e no formato exigível (papel e/ou digital, sendo que neste último caso, os ficheiros deverão ter em atenção o tipo de formato/extensão exigível pelas entidades competentes).

3.3.2. No caso dos projectos de execução não terem aprovação/licenciamento/certificação total por parte das entidades competentes para esse efeito, é da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos inerentes, para a rectificação/correção para nova submissão dos projectos àquelas entidades.

3.3.3. Caso os projectos de execução tenham parecer favorável condicionado por parte das entidades competentes para o efeito, aplica-se o disposto na parte final da cláusula anterior, ou seja, é da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos inerentes, para a rectificação/correção para nova submissão dos projectos àquelas entidades.

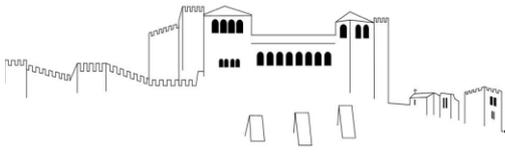
3.4. O adjudicatário obriga-se a executar, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados no contrato, caderno de encargos, termos de referência e todos os estudos subsidiários necessários para um perfeito esclarecimento do projecto na realização do empreendimento.

3.5. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos serviços contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Câmara Municipal de Leiria.

3.6. Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem directamente do cumprimento de instruções escritas transmitidas pela Câmara Municipal de Leiria e que lhe tenham merecido contestação escrita.

4. Projetos de execução:

4.1. Os projetos de execução a apresentar, bem como os respetivos elementos essenciais à execução da intervenção preconizada, serão elaborados de acordo com as “Instruções para a elaboração de projetos e



T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

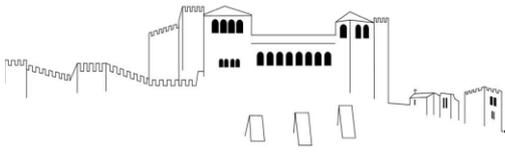
obras” aprovadas pela Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, bem como de acordo com as condições do caderno de encargos e dos termos de referência.

4.2. Os projetos de execução referidos em 4.1. abrangerão os trabalhos a realizar no âmbito da prestação de serviços, objeto do presente procedimento, incluindo os termos de responsabilidade, as memórias descritivas e justificativas, quadro-resumo de áreas úteis e área bruta propostas, com indicação de eventuais desvios relativamente às áreas indicadas nos normativos aplicáveis, cláusulas técnicas gerais e especiais, bem como as respetivas medições detalhadas, orçamento definitivo (por projeto e global), quantidades de trabalho e peças desenhadas, para:

- Coordenação geral de projetos;
- Levantamento Topográfico;
- Projeto de vias de comunicação, incluindo:
 - Pavimentação;
 - Passeios;
 - Taludes.
 - Planta de Acabamentos e Acessibilidades;
 - Peris transversais tipo;
 - Pormenores construtivos;
 - Projeto de Sinalização e Segurança (sinalização vertical e horizontal);
- Projeto de Sinalização Viária;
- Projeto da Rede Pública de Drenagem de Águas Pluviais;
- Projeto de Infraestruturas Elétricas e ITUR;
- Plano de gestão e prevenção de resíduos da construção;
- Plano de Segurança e Saúde em projeto, com indicação do coordenador de Segurança em projeto;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidade, elaborado nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 10º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março;

Todos os projetos deverão também conter:

- Mapa global de quantidades de trabalho, de todas as especialidades, compilado num único documento, de forma a não criar numeração repetitiva de artigos, elaborado em Excel;
- Mapa global de orçamento de todas as especialidades, compilado num único documento, em estrita harmonia e coerência com o mapa global de quantidades de trabalho, de forma a não criar numeração repetitiva de artigos, elaborado em Excel;
- Termos de responsabilidade, memórias descritivas e justificativas de todos os projetos, cálculos justificativos, cadernos de encargos de todas as especialidades;
- Cláusulas técnicas gerais e cláusulas técnicas especiais, com especificações técnicas dos trabalhos dos vários projetos de especialidades;
- Cadernos de encargos dos materiais a empregar e modo de execução dos trabalhos;



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

- Condições técnicas especiais de todas as especialidades.

- 4.4. O adjudicatário obriga-se a alterar ou completar os projetos de execução, de acordo com nova legislação que venha a ser publicada ou entre em vigor no prazo de elaboração do plano.
- 4.5. Será da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias para a obtenção dos cadastros das restantes infraestruturas, junto das entidades competentes, bem como a validação e confirmação dos cadastros disponibilizados.

5 Acompanhamento dos projetos de execução:

- 5.1. Técnicos indicados pela Câmara Municipal de Leiria, nomeadamente os designados pela Divisão de Obras Municipais do Departamento de Infraestruturas e Manutenção, acompanharão toda a elaboração e o desenvolvimento dos projetos de execução desde o início do contrato até à sua conclusão, sendo que os mesmos serão indicados aquando da adjudicação da presente prestação de serviços.
- 5.1.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, aquando da celebração do contrato, é da responsabilidade do adjudicatário promover o contacto com a Divisão de Obras Municipais do Departamento de Infraestruturas e Manutenção, no sentido de articular com os responsáveis a metodologia de trabalho a desenvolver, o planeamento acompanhado, externalidades significativas que possam ter impacto no início e desenvolvimento dos projectos de execução, bem como estabelecimento formal de contactos entre os interlocutores privilegiados entre o adjudicatário e os designados pela Divisão de Obras Municipais.
- 5.2. Incumbirá, ainda, ao adjudicatário promover, por sua iniciativa, e participar em reuniões de trabalho, com uma periodicidade mínima quinzenal, quando assim for aplicável, com os interlocutores privilegiados designados pela Divisão de Obras Municipais, na Câmara Municipal de Leiria ou em outro local a definir oportunamente, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário, desde o estabelecimento das bases programáticas ou de outras directivas necessárias à satisfação do contrato até à aprovação, pela Câmara Municipal de Leiria, dos projectos de execução do presente procedimento. Compete também ao adjudicatário, apresentar sugestões tendo em vista a resolução dos problemas levantados pela forma mais adequada, quer técnica, quer funcional, quer económica.
- 5.3. Nas reuniões referidas em 5.2 e conforme a natureza dos trabalhos, participarão todos ou parte dos componentes da equipa projetista, mas sempre o coordenador ou um seu delegado, bem como os interlocutores privilegiados designados pela Divisão de Obras Municipais do Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria.
- 5.4. Quando aplicável, do que for tratado e resolvido em cada reunião será elaborado um relatório pelo adjudicatário que o apresentará devidamente assinado, aos interlocutores privilegiados designados pela Divisão de Obras Municipais do Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da reunião a que diga respeito.

6. Alterações exigidas:

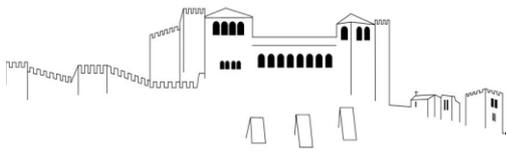
- 6.1. O adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações necessárias aos projetos de execução, decididos pela Câmara Municipal de Leiria.

7. Assistência técnica aos projetos de execução:

- 7.1. Durante os períodos de planeamento e de elaboração dos projetos de execução, o adjudicatário obriga-se a responder pela assistência ao mesmo, podendo delegá-la num técnico de reconhecida competência em trabalhos similares, aceite pela Câmara Municipal de Leiria.

8. Exemplos a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação:

- 8.1. Da presente prestação de serviço, serão fornecidos à Câmara Municipal de Leiria quatro exemplares completos (após terem sido licenciados/aprovados/certificados, pelas entidades competentes) em formato de papel, devidamente subscritos pelo coordenador da equipa projetista e pelos autores dos projetos



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

setoriais, possuindo um dos exemplares a aposição de "ORIGINAL" em todas peças escritas e desenhadas. Além destes exemplares, deverá ainda ser fornecida uma coleção em suporte informático das peças escritas (apresentadas, consoantes os casos, em Microsoft Word 2007 e/ou Microsoft Excel 2007, ou em versões anteriores) e das peças desenhadas (apresentação dos desenhos em formato editável – DWG – e não editável – DWF – apresentadas em AutoCad 2010, ou em versões anteriores), com aposição de assinatura eletrónica qualificada em cada um dos projetos de execução pelo(s) respectivo(s) autor(es) de cada um.

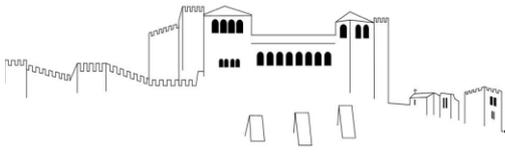
- 8.2 Os exemplares de todos os projetos adjudicados serão devidamente individualizados e organizados (quer em papel, por especialidade, quer informaticamente, por especialidade, com as peças a serem disponibilizadas, por pasta informática individualizada e constituída por sub pastas que contenham as peças em formato editável e não editável, conforme o estipulado nos Termos de Referência que acompanham o presente caderno de encargos), sendo que para apresentação e aprovação nas entidades competentes e intervenientes no processo de licenciamento e/ou aprovação e/ou certificação, sob a forma exigida por aquelas entidades, legislação e regulamentos em vigor aplicáveis, sendo que as diligências técnicas inerentes são da responsabilidade do adjudicatário.
- 8.3 Os encargos respeitantes aos custos e/ou taxas de licenciamento/aprovação/certificação associados aos programas e estudos objeto do presente procedimento são da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.
- 8.4 Após a execução da empreitada, e, em articulação com o empreiteiro adjudicatário, da presente prestação de serviços, deverá ser fornecido à Câmara Municipal de Leiria um exemplar das telas finais em formato papel, bem como deverá ser fornecida uma coleção em suporte informático, quer das peças escritas quer das peças desenhadas, conforme o definido em 8.1.

9. Local e prazos de entrega dos projetos de execução:

- 9.1 Os projetos de execução a realizar no âmbito da presente prestação de serviços deverão ser entregues no Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria até ao termo do prazo referido em 9.2, sob pena de aplicação das penalidades previstas no número 11.
- 9.2 O prazo global para entrega dos projetos de execução é de **120 dias** a contar da data da assinatura do contrato,
- 9.3 Os prazos começam a contar a partir da data de assinatura de contrato da presente prestação de serviços, sendo que estes prazos parcelares interrompem, com a entrega na Câmara Municipal de Leiria, dos projectos de execução, acima referidos, para apreciação e competente aprovação por esta. Os prazos parcelares reiniciam a partir da data da comunicação da Câmara Municipal de Leiria, da devida aprovação dos mesmos.
- 9.4 Os prazos parcelares poderão ainda ficar suspensos, quando o adjudicatário solicitar elementos/directrizes para o desenvolvimento/alterações/correções dos projectos de execução, sendo que reiniciam os prazos parcelares após a entrega desses elementos/esclarecimento das directrizes por parte da Câmara Municipal de Leiria.

10. Prorrogação dos prazos contratuais:

- 10.1 Será motivo de prorrogação dos prazos contratuais a existência de trabalhos além dos previstos no contrato.
- 10.2 Sempre que seja indispensável introduzir alterações aos projetos de execução ou fases dos projetos de execução já aprovadas, por razões não imputáveis ao adjudicatário, as datas previstas para ultimação das fases subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão adiadas, se necessário, de um número de dias igual aos concedidos ao adjudicatário para executar as alterações determinadas.
- 10.3 Em qualquer dos casos referidos, a prorrogação do prazo será sempre objecto de acordo prévio entre as duas partes contratuais e deverá ser pedida, por escrito, pelo adjudicatário, com justificação adequada.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

11. Penalidades:

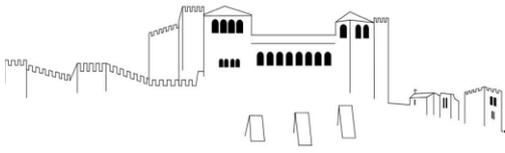
- 11.1 O não cumprimento do prazo global para conclusão do projecto, e desde que os atrasos não resultem de motivos de força maior ou outros devidamente justificados e alheios ao adjudicatário e como tal aceites pela Câmara Municipal de Leiria, implicará, cumulativamente, a aplicação das seguintes multas a descontar no primeiro pagamento seguinte de honorários:
- a) 1 (um) por cento da prestação dos honorários respeitantes à entrega do projecto, por cada período correspondente a um décimo do respectivo prazo;
 - b) 3 (três) por cento da prestação dos honorários respeitantes à entrega do projecto, por cada período subsequente de igual duração ao estabelecido na alínea anterior – um décimo do prazo global.
- 11.2 As importâncias devidas pelo adjudicatário como resultado da aplicação das penalidades referidas anteriormente são desde logo deduzidas nos honorários devidos pela Câmara Municipal de Leiria.
- 11.3 Se o total das penalidades exceder o valor dos honorários a receber, nessa fase ou nas fases seguintes, são acionados os mecanismos legais para a cobrança, reservando-se a Câmara Municipal de Leiria o direito de exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do não cumprimento pelo adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.
- 11.4 Por requerimento devidamente fundamentado do adjudicatário, poderá não ser aplicada as penalizações previstas, se o atraso resultar de caso fortuito ou de motivo de força maior devidamente reconhecidos pela Câmara Municipal de Leiria.
- 11.5 No requerimento referido no número anterior, o adjudicatário indica o prazo para o cumprimento da obrigação em falta.
- 11.6 Independentemente da aplicação das penalidades previstas, a Câmara Municipal de Leiria poderá exigir do adjudicatário o pagamento de indemnização complementar, no montante de 50% do valor adjudicado, pelas perdas e danos causados pelo não cumprimento das suas obrigações, por facto que lhe seja imputável.
- 11.7 Pelos encargos suportados pela Câmara Municipal de Leiria resultantes de erros e omissões do projecto que decorram de obrigações de concepção, invocados pelo empreiteiro dentro do prazo legal, ouvido o adjudicatário e aceites pelo dono da obra, no que o seu valor ultrapasse cinco por cento do valor de adjudicação da obra nova ou no caso de remodelação ou adaptação, será o adjudicatário responsabilizado até ao limite do triplo dos honorários a que tenha direito ao abrigo do respectivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.
- 11.8 O disposto no parágrafo anterior não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei, dos técnicos autores daqueles estudos ou projetos.

12. Rectificação de trabalhos:

- 12.1 Assiste à Câmara Municipal de Leiria o direito de exigir ao adjudicatário a eliminação de erros e omissões aos projectos de execução, da responsabilidade deste, durante a elaboração dos mesmos.
- 12.2 Poderá a Câmara Municipal de Leiria, em face de circunstâncias excepcionais, mandar suspender qualquer fase dos estudos em curso, por não cumprimento, por parte do adjudicatário, de instruções recebidas que caibam dentro do presente caderno de encargos.
- 12.3 Nestas circunstâncias o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

13. Rescisão do contrato:

Poderá haver rescisão do presente contrato nos seguintes casos:



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

- a) Por iniciativa da Câmara Municipal de Leiria, quando o prazo para entrega de qualquer uma das fases for excedida para além de trinta dias. Não haverá neste caso, direito a qualquer indemnização a favor do adjudicatário;
- b) Por iniciativa e conveniência da Câmara Municipal de Leiria e em qualquer altura, quando se verificar que a actuação do adjudicatário não satisfaz ou não se revela em condições de desempenhar satisfatoriamente as obrigações que lhe incumbem, recebendo neste caso uma parte dos honorários tendo em atenção os trabalhos já entregues e os prejuízos que para a Autarquia resultarem da rescisão e da necessidade de incumbir a outrem essas obrigações;
- c) Por iniciativa e conveniência da Câmara Municipal de Leiria e após a entrega de qualquer uma das fases do projecto, tendo neste caso o adjudicatário direito a uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada, que, em nenhum caso excederá 1/4 da fracção dos honorários correspondentes à fase em elaboração;
- d) Por iniciativa do adjudicatário quando, por razões que não lhe sejam imputáveis, não se verifique a aprovação de uma fase dos estudos da qual depende o pagamento de uma das fracções de honorários, dentro de um prazo duplo do da entrega dessa fase, ou de noventa dias se aquele for inferior a este.

14. Honorários e pagamentos ao adjudicatário:

14.1 O valor dos honorários de projecto, serão os correspondentes ao valor da proposta adjudicada.

14.2 Os pagamentos dos honorários serão faseados de acordo com a seguinte distribuição:

1ª Fração - correspondente à entrega, na Câmara Municipal de Leiria, dos projetos de execução, após a devida aprovação/licenciamento/certificação pelas entidades competentes – 45% do valor da adjudicação;

2ª Fração - correspondente à aprovação, na Câmara Municipal de Leiria, dos projetos de execução – 45% do valor da adjudicação;

3ª Fração - correspondente ao acompanhamento e à assistência técnica, durante a execução da empreitada – 10% do valor da adjudicação.

14.3 A Câmara Municipal de Leiria, nos termos da legislação em vigor, reserva-se o direito de não iniciar o procedimento respeitante à execução da empreitada resultante dos presentes projetos de execução, por motivos e fatos alheios a esta autarquia, pelo que não serão devidos ao adjudicatário quaisquer encargos resultantes com a prestação de caução e/ou outros, bem como o adjudicatário renuncia ao direito de recebimento da 3.ª fracção, bem como de qualquer tipo de indemnização referente à presente prestação de serviços.

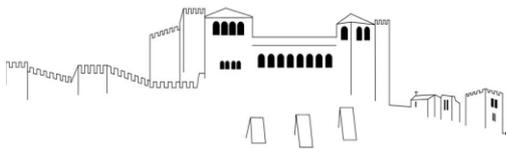
14.4 O prazo de pagamento das faturas respeitantes a cada uma das fases acima identificadas será de 60 (sessenta) dias e processada após a entrega e aprovação das fases do projeto apresentadas.

14.5 Em caso de uma decisão de cancelamento do contrato, e uma vez aprovada uma fase dos projetos de execução e iniciada uma nova, não será considerado válido o pagamento da totalidade dessa nova fase.

14.6 A não comparência às reuniões periódicas a efectuar durante a fase de acompanhamento e assistência técnica confere o direito à Câmara Municipal de Leiria de não liquidar os honorários correspondentes aos meses em que a respectiva falta ou faltas se verificarem.

15. Obrigações do primeiro outorgante:

A Câmara Municipal de Leiria obriga-se a:



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

15.1 Apoiar, se solicitada nesse sentido, a intervenção do adjudicatário junto das entidades oficiais junto das quais seja necessário obter quaisquer elementos indispensáveis aos projetos e, se necessário, credenciá-los para a realização de quaisquer diligências junto dessas entidades.

16. Recursos:

Das penalidades impostas nos termos deste caderno de encargos, poderá o adjudicatário recorrer para o Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

17. Objecto do dever de sigilo:

17.1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

17.2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

17.3 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

18. Preço contratual:

18.1 Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, programa de procedimento e termos de referência, o Município de Leiria deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser inferior ou igual ao preço máximo fixado no presente procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo o **valor base de €55.000,00**.

19. Condições de pagamento:

19.1 As condições de pagamento estão referidas no presente caderno de encargos e nos termos de referência em anexo. As facturas deverão ser enviadas para a Câmara Municipal de Leiria – Secção de Apoio Administrativo à Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria, com a indicação do respectivo processo e as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

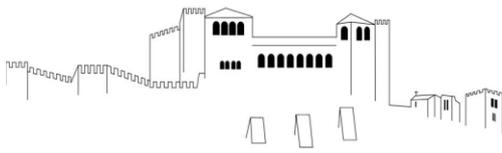
19.2 Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço efectuado.

19.3 Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços prestados.

19.4 Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Leiria, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

19.5 Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 20.1, os pagamentos são efectuados preferencialmente através de transferência bancária.

19.6 Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Leiria, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 5% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88.º do CCP.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

20. Seguros:

- 20.1 São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, nos termos da declaração constante do anexo III, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 20.2 A Câmara Municipal de Leiria pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.

21. Resolução de litígios:

- 21.1 Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

22. Subcontratação e cessão da posição contratual:

- 22.1 A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do código dos contratos públicos.

23. Comunicações e notificações:

- 23.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 23.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

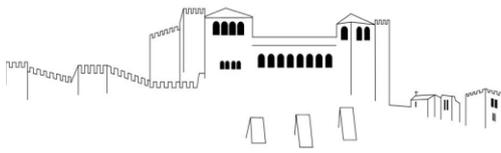
24. Contagem de prazos:

- 24.1 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

25. Legislação aplicável:

- 25.1 O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



Município de Leiria
Câmara Municipal

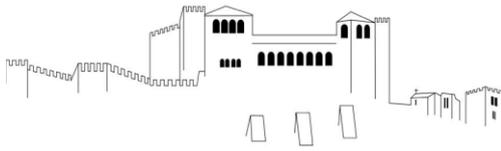
Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

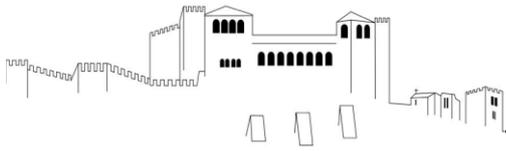
Consulta Prévia

CADERNO DE ENCARGOS | TERMOS DE REFERÊNCIA

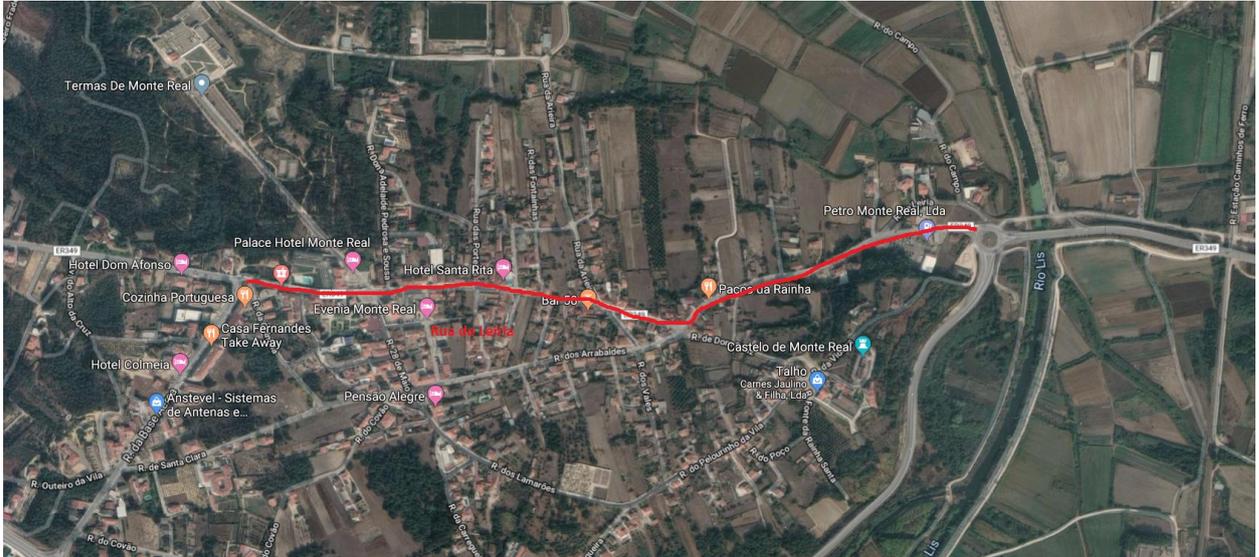


ÍNDICE

- 1. OBJETO**
- 2. ENQUADRAMENTO**
- 3. OBJETIVOS**
- 4. TRABALHOS A DESENVOLVER**
 - a) PROJETOS DE EXECUÇÃO**
 - b) CARACTERIZAÇÃO DO EXISTENTE**
- 5. LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO**
- 6. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
 - i. Preço**
 - ii. Condições de pagamento**
 - iii. Exemplares a fornecer**



1. OBJETO



A Rua de Leiria, EM 349, com uma extensão aproximada de 1260 metros a beneficiar

2. ENQUADRAMENTO

A EM349, Rua de Leiria, configura e representa uma das principais artérias da Freguesia de Monte Real, já que o tráfego diário gerado pela atividade nas zonas, nomeadamente, localização de junta de freguesia, correios, farmácia, comércio e hotelaria, entre outros, apresenta uma quantidade significativa de veículos, associada às zonas que as vias em causa atravessam. As fracas condições de segurança que actualmente existem, levam à necessidade de proceder à execução de passeios, respetiva drenagem pluvial e beneficiação do arruamento, a qual, através de novos perfis transversais, lhe confira a segurança e fluidez que uma via destas necessita.

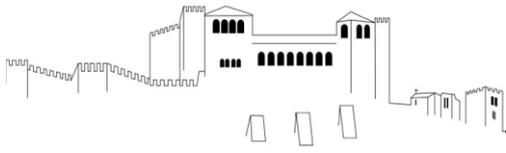
3. OBJETIVOS

Esta beneficiação consiste na execução de cerca de 1260 ml de passeios, dos respetivos sistemas de drenagem, lancilagem, pavimentação, sinalização vertical e horizontal, obras acessórias e beneficiação e melhoria dos acessos dos passeios existentes de acordo com as normas de acessibilidade. Salienta-se que só com esta solução, se conseguirá garantir a correta e integral requalificação destas infraestruturas viárias.

4. TRABALHOS A DESENVOLVER

a. PROJETOS DE EXECUÇÃO:

- Coordenação geral de projetos;



Município de Leiria Câmara Municipal

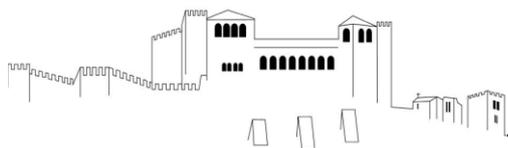
Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

- Levantamento Topográfico;
 - Projeto de vias de comunicação, incluindo:
 - Pavimentação;
 - Passeios;
 - Taludes.
 - Planta de Acabamentos e Acessibilidades;
 - Peris transversais tipo;
 - Pormenores construtivos;
 - Projeto de Sinalização e Segurança (sinalização vertical e horizontal);
 - Projeto de Sinalização Viária;
 - Projeto da Rede Pública de Drenagem de Águas Pluviais;
 - Projeto de Infraestruturas Elétricas e ITUR;
 - Plano de gestão e prevenção de resíduos da construção;
 - Plano de Segurança e Saúde em projeto, com indicação do coordenador de Segurança em projeto;
 - Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidade, elaborado nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 10º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março;
- Todos os projetos deverão também conter:
- Mapa global de quantidades de trabalho, de todas as especialidades, compilado num único documento, de forma a não criar numeração repetitiva de artigos, elaborado em Excel;
 - Mapa global de orçamento de todas as especialidades, compilado num único documento, em estrita harmonia e coerência com o mapa global de quantidades de trabalho, de forma a não criar numeração repetitiva de artigos, elaborado em Excel;
 - Termos de responsabilidade, memórias descritivas e justificativas de todos os projetos, cálculos justificativos, cadernos de encargos de todas as especialidades;
 - Cláusulas técnicas gerais e cláusulas técnicas especiais, com especificações técnicas dos trabalhos dos vários projetos de especialidades;
 - Cadernos de encargos dos materiais a empregar e modo de execução dos trabalhos;
 - Condições técnicas especiais de todas as especialidades.

b. CARACTERIZAÇÃO DO EXISTENTE

Serão da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias para a obtenção dos cadastros das infraestruturas, junto das entidades competentes, bem como a validação e confirmação dos



T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

cadastros disponibilizados, bem como as plantas de condicionantes do PDM Leiria, as quais encontram-se disponíveis em www.cm-leiria.pt.

5. LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA DOS PROGRAMAS E ESTUDOS

O prazo global para entrega dos projectos de execução que constituem a prestação de serviços para a “**ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL**” é de **120 dias** a contar da data da assinatura do contrato, sendo que os mesmos deverão ser entregues no Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria até ao termo do prazo referido, sob pena de aplicação das penalidades previstas no caderno de encargos.

6. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

i. Preço

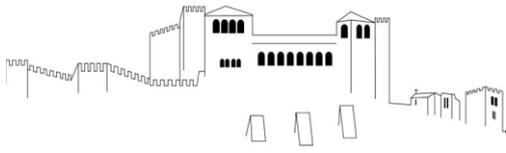
Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no programa de procedimento, caderno de encargos e termos de referência, o Município de Leiria deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser inferior ao preço fixado no presente procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

ii. Condições de Pagamento

Os pagamentos dos honorários serão faseados de acordo com a seguinte distribuição:

- 1ª Fração - correspondente à entrega, na Câmara Municipal de Leiria, dos projetos de execução, após a devida aprovação/licenciamento/certificação pelas entidades competentes – 45% do valor da adjudicação;
- 2ª Fração - correspondente à aprovação, na Câmara Municipal de Leiria, dos projetos de execução – 45% do valor da adjudicação;
- 3ª Fração - correspondente ao acompanhamento e à assistência técnica, durante a execução da empreitada – 10% do valor da adjudicação.

A Câmara Municipal de Leiria, nos termos da legislação em vigor, reserva-se o direito de não iniciar o procedimento respeitante à execução da empreitada resultante dos presentes projetos de execução, por motivos e fatos alheios a esta autarquia, pelo que não serão devidos ao adjudicatário quaisquer encargos resultantes com a prestação de caução e/ou outros, bem como o adjudicatário renuncia ao direito de recebimento da 3.ª fração, bem como de qualquer tipo de indemnização referente à presente prestação de serviços.



T – 27/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE LEIRIA – MONTE REAL

O prazo de pagamento das faturas respeitantes a cada uma das fases acima identificadas será de 60 (sessenta) dias e processada após a entrega e aprovação das fases do projeto apresentadas.

Em caso de uma decisão de cancelamento do contrato, e uma vez aprovada uma fase dos projetos de execução iniciada uma nova, não será considerado válido o pagamento da totalidade dessa nova fase.

iii. Exemplos a Fornecer

Da presente prestação de serviço, serão fornecidos à Câmara Municipal de Leiria quatro exemplares completos (após terem sido licenciados/aprovados/certificados, pelas entidades competentes) em formato de papel, devidamente subscritos pelo coordenador da equipa projetista e pelos autores dos projetos setoriais, possuindo um dos exemplares a aposição de "ORIGINAL" em todas as peças escritas e desenhadas. Além destes exemplares, deverá ainda ser fornecida uma coleção em suporte informático das peças escritas (apresentadas, consoantes os casos, em Microsoft Word 2007 e/ou Microsoft Excel 2007, ou em versões anteriores) e das peças desenhadas (apresentação dos desenhos em formato editável – DWG – e não editável – DWF – apresentadas em AutoCad 2010, ou em versões anteriores), com aposição de assinatura eletrónica qualificada em cada um dos projetos de execução pelo(s) respectivo(s) autor(es) de cada um.

Os exemplares de todos os projetos adjudicados serão devidamente individualizados e organizados (quer em papel, por especialidade, quer informaticamente, por especialidade, com as peças a serem disponibilizadas, por pasta informática individualizada e constituída por sub pastas que contenham as peças em formato editável e não editável, conforme o estipulado nos Termos de Referência que acompanham o presente caderno de encargos), sendo que para apresentação e aprovação nas entidades competentes e intervenientes no processo de licenciamento e/ou aprovação e/ou certificação, sob a forma exigida por aquelas entidades, legislação e regulamentos em vigor aplicáveis, sendo que as diligências técnicas inerentes são da responsabilidade do adjudicatário.

Os encargos respeitantes aos custos e/ou taxas de licenciamento/aprovação/certificação associados aos programas e estudos objeto do presente procedimento são da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.

Após a execução da empreitada, e, em articulação com o empreiteiro adjudicatário, da presente prestação de serviços, deverá ser fornecido à Câmara Municipal de Leiria um exemplar das telas finais em formato papel, bem como deverá ser fornecida uma coleção em suporte informático, quer das peças escritas quer das peças desenhadas.